

A. I. N° - 022073.0234/03-4
AUTUADO - NILSON AUTO CENTER LTDA.
AUTUANTE - DANIEL ANTONIO DE JESUS QUERINO
ORIGEM - INFAZ BONOCÔ
INTRANET - 27.06.03

4ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N° 0226-04/03

EMENTA: ICMS. 1. LIVROS FISCAIS. EXTRAVIO DE LIVROS FISCAIS. MULTA. Infração comprovada. Retificado o valor da multa. 2. ENTRADAS DE MERCADORIAS. FALTA DE CONTABILIZAÇÃO. PRESUNÇÃO LEGAL DE OPERAÇÕES NÃO REGISTRADAS. EXIGÊNCIA DO IMPOSTO. O extravio dos livros fiscais não é comprovação da falta de escrituração de documentos fiscais. Infração não caracterizada. Não acolhida a arguição de nulidade. Auto de Infração **PROCEDENTE EM PARTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração em lide, lavrado em 14/03/2003, exige:

1. multa no valor de R\$3.971,00, em razão do extravio dos livros fiscais de Registro de Entradas, Saídas, Inventário, Apuração de ICMS e Utilização de Documentos Fiscais e Termo de Ocorrências;
2. ICMS no valor de R\$4.011,70, decorrente da omissão de saídas de mercadorias e/ou serviços apurado através do não lançamento dos documentos fiscais nos livros fiscais próprios.

O autuado apresentou defesa, fls. 90 a 93 alegando, inicialmente, que o extravio já havia sido anteriormente formalizado à Delegacia de Polícia da 11ª circunscrição, através da certidão anexada aos autos, em razão de ocorrência registrada em 24.01.2003.

Argumenta que a multa aplicada “não tem relação com o dispositivo legal citado (art. 42, inc. XIV, da Lei), pois não se encontra na Lei nº 7.014/96 qualquer multa com o valor de “100,00”, da mesma forma que não se pode justificar o valor final de R\$3.971,00”. Assim, em seu entendimento, por absoluta falta de segurança no enquadramento legal da multa, bem como na ausência de justificativa para o número final fixado, requer a nulidade da autuação.

Aduz que, em relação à infração nº 02, o auditor cometeu uma clara contradição, pois acusa o autuado de falta de registro de notas fiscais, quando a própria autuação, no item 01, concorda que os livros foram extraviados. Questiona como o autuante, com segurança, pode afirmar que as tais notas realmente não foram registradas?

Prosseguindo, diz que mesmo se tivesse comprovado a não escrituração das notas fiscais, a penalidade não poderia ser aplicada para as mercadorias onde o ICMS já havia sido recolhido antecipadamente, pelo regime de substituição tributária, pois trata-se de aquisições de PNEUS.

Ao finalizar, requer a nulidade da autuação ou a improcedência.

Na informação fiscal, fl. 99 a 100, o auditor autuante ressalta que o Auto de Infração foi lavrado na repartição fiscal, pois a empresa não mais desenvolvia suas atividades no endereço indicado no processo de baixa cadastral.

Diz que o contribuinte anexou uma Certidão comunicando o extravio dos livros fiscais a Secretaria de Segurança Pública, quando, por força do Regulamento do ICMS, estaria obrigada a comunicado a SEFAZ, o que não ocorreu.

Ressalta que o art. 915, Inciso XIV, do Decreto nº 6.284, estabeleceu multa de 20 vezes o valor da UPF-Ba, por cada livro fiscal extraviado, cita Acórdãos do CONSEF para embasar seu argumento.

Em relação a Infração 02, entende que não há contradição, pois as notas fiscais que foram capturadas através do Sistema CFAMT, comprovando a irregularidade apontada.

Ao finalizar opina pela manutenção da autuação.

VOTO

Inicialmente afasto a preliminar de nulidade suscitada pelo sujeito passivo, tendo em vista que a multa aplicada é a prevista no art. 42, inciso XIV, da Lei nº 7.014/96, também não se observa qualquer erro ou vício que possibilite sua nulidade, em conformidade com o disposto no art.18, do RPAF/99.

Assim, entendo que a Infração 01, restou caracterizada que o contribuinte extraviou os livros fiscais de Registro de Entradas, Saídas, Inventário, Apuração de ICMS e Utilização de Documentos Fiscais e Termo de Ocorrências;

Ressalto, outrossim, que o autuante incorreu em equívoco, ao indicar no Auto de Infração a multa no valor de R\$3.971,00 para a infração, quando o correto é R\$4.600,00, ou seja R\$920,00 por cada livro extraviado, conforme prevista no art. 42, XIV, da Lei nº 7.014/96, com a redação dada pela Lei nº 8.534, de 13/12/02, pelo que fica retificada a multa aplicada.

Em relação à infração 2, o auditor não comprovou a falta da escrituração dos documentos fiscais, simplesmente alegou, porém, não apresentou qualquer tipo de comprovação da possível irregularidade, pois o fato do contribuinte ter extraviado os livros fiscais, por si só não comprova que determinada nota ou documento fiscal não tenha sido escriturado. Logo, entendo que a referida infração não restou caracterizada.

Pelo acima exposto, voto pela PROCEDÊNCIA PARCIAL do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 4ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº 022073.0234/03-4, lavrado contra **NILSON AUTO CENTER LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento da multa no valor de **R\$4.600,00**, previstas no art. 42, XIV, da Lei nº 7.014/96, com a redação dada pela Lei nº 8.534, de 13/12/02.

Sala das Sessões do CONSEF, 17 de junho de 2003.

ANTÔNIO AGUIAR DE ARAÚJO - PRESIDENTE

ANTONIO CESAR DANTAS DE OLIVEIRA - RELATOR

ÁLVARO BARRETO VIEIRA - JULGADOR